

Projetos anticheia somam R\$7,3 bi, mas maior parte das iniciativas está em fase inicial

ZH publica, hoje, a sétima de uma série de reportagens que mostra como está a reconstrução do Estado em oito áreas essenciais. Maior parte das iniciativas para custear **melhorias em drenagem urbana** está em fase inicial ou de estudos

Projetos preveem R\$ 7,3 bi para a prevenção de cheias

Marcelo Gonzatto
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

Passados mais de três meses desde o começo da cheia que espalhou destruição em Porto Alegre, o padreiro desempregado Marcos Everaldo Moreira dos Santos, 53 anos, ainda não conseguiu voltar para sua casa na Vila Nova Brasília, bairro Sarandí, na Zona Norte. Apesar disso, considera que tem sorte.

A pouco mais de cem metros de onde vivia, um punhado de casas foi levado pela água quando o dique do Sarandí rompeu. O fundo do seu terreno se encontra com o paredão da estrutura, que também verteu água por cima.

—Uma mulher da Defesa Civil passou dizendo que a água iria subir muito e que a gente deveria sair. Eu pensei que só

podia estar maluca. Mas, no dia 3 de maio, uma sexta-feira, vi que iria alagar mesmo. Chegou a se formar uma cachoeira — relembra Santos, refugiado no apartamento de um amigo.

Saiu de casa com a roupa que vestia e dois cobertores: um para ele e a mulher, outro para uma neta. Um conjunto de medidas anunciadas pelos governos federal e estadual prevê pelo menos R\$ 7,3 bilhões em recursos para prevenção e contenção de cheias no Estado com o objetivo de evitar a repetição de situações desse tipo, mas a maior parte das iniciativas ainda se encontra em fase inicial ou de estudos. Os dados são do Painel da Reconstrução, do Grupo RBS.

O levantamento realizado por Zero Hora inclui anúncios feitos por Planalto e pelo Piratini que contam com definição de orçamento e verba prevista. A maior parte do valor corresponde a



Marcos Santos, que mora junto a um dique que rompeu, perdeu tudo durante a enchente de maio

R\$ 6,5 bilhões em obras e melhorias de drenagem urbana que beneficiam 38 municípios e foram recentemente incluídas no PAC Seleções, programa do governo federal detalhado no dia 30 de julho. Um dos focos é conter as inundações no trecho entre a zona norte da Capital, onde vive Marcos Santos, e o município vizinho de Alvorada.

— A gente espera que melhorem esses diques, ou vai se repetir tudo outra vez — complementa o padreiro, que diz estar “voltando aos poucos” para casa, já que perdeu tudo o que tinha.

Intervenções e investimento

A iniciativa individual de maior custo é a execução de obras estimadas em R\$ 2,5 bilhões, previstos como crédito extraordinário do orçamento da União, para controle de cheias do Rio Gravataí e do Arroio Feijó, entre

a Capital e Alvorada. Envolve intervenções em diques, arroyos e investimentos em casas de bombas. A Bacia do Rio dos Sinos, segunda iniciativa mais vultosa, deve receber R\$ 1,9 bilhão para melhorias em canais e elevação de diques.

Conforme o Plano Rio Grande, compilado de projetos feito pela gestão estadual, mas que também contempla algumas ações financiadas pela União, o programa de melhorias entre Porto Alegre e Alvorada já superou as etapas de estudos e anteprojeto de engenharia, estudo e relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA) e projeto básico ambiental.

— Muitos desses anteprojetos foram feitos pelo Estado, e agora deve vir a contratação em regime integrado do projeto executivo e da obra, de uma vez só. A empresa que vai fazer a obra já faz o projeto executivo,

o que é muito mais rápido — afirma o vice-governador gaúcho, Gabriel Souza.

Análises ambientais

Os R\$ 4,46 milhões já destinados às fases preparatórias correspondem a 0,2% do custo total estimado hoje. No final de junho, seguia em análise “a adequação do projeto pós-enchentes recentes”.

Já as melhorias prometidas para a região do Sinos estavam em fase final de análises ambientais, com 0,4% do orçamento total já desembolsado. Os anúncios com verba federal incluem ainda obras em encostas, estudos e mapeamentos destinados a favorecer ações de prevenção.

— É o mais audacioso plano de recuperação e proteção de um sistema que se mostrou problemático — avalia o ministro para a Reconstrução do RS, Paulo Pimenta. —

Foco estadual em ações de desassoreamento e gestão

O governo estadual concentra fatia mais larga dos recursos anunciados até o momento em medidas de desassoreamento e de gestão de cenários de crise, por meio da construção de um Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (Cegird) e de 10 núcleos regionais, além do reforço na previsão do tempo com o apoio de novos radares meteorológicos.

Por meio de nota, a Secretaria da Reconstrução Gaúcha informa que “todos os projetos elencados terão garantia de financiamento via Funrigs”. Conforme relatório do Plano Rio Grande de 26 de junho, as instalações do Cegird estavam “em fase de apreciação orçamentária”. Já os R\$ 300 milhões previstos pelo programa de desassoreamento de rios, lançado em 29 de julho,

devem ser aplicados mediante a formalização de convênios com municípios para manutenção de arroyos e rios de menor porte. As prefeituras interessadas têm até 27 de agosto para enviar propostas. Já os mananciais maiores deverão ser contemplados por ações diretas do Estado.

Um primeiro radar meteorológico já foi instalado provisoriamente na Capital. O custo de implantação e operação por cinco anos é de R\$ 25,9 milhões. O plano é adquirir mais equipamentos, mas o desenho da futura rede ainda está sendo elaborado. —



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco Pagina: 6